

Análise dos discursos de gênero em jornais oitocentistas: “A mãe de Família” (1879) e o “Sexo Feminino” (1873)

Analysis of gender discourses in nineteenth-century newspapers: “A Mãe de Família” (1879) and “Sexo Feminino” (1873)

Alexandra Lourenço¹

Alana Carolina Kopczynski²

Resumo: Este artigo busca investigar os discursos de gênero presentes no jornal "A Mãe de Família" (1879) e no jornal O Sexo Feminino (1873), sob a ótica das relações de gênero. Busca-se analisar como discursos sobre feminilidades foram construídos, fundamentados e disseminados por meio das narrativas presentes na edição. Considera-se também a posição generificada que molda a subjetividade do olhar dos sujeitos responsáveis pelas edições dos periódicos. Utilizando teóricas (os), como Judith Butler e Michel Foucault, o estudo busca analisar possíveis visões hierárquicas e essencialistas das identidades de gênero, bem como as possibilidades ou não de subversão de uma ordem compulsória e heteronormativa. Destaca-se como tais discursos agem como práticas sociais e reguladoras que influenciam nas percepções de masculinidades e feminilidades. Este trabalho contribui para uma compreensão das dinâmicas históricas de gênero no Brasil do século XIX, evidenciando suas implicações na construção das identidades generificadas.

¹ Alexandra Lourenço, doutora em Ciência Política, professora do Departamento de História (DEHIS-UNICENTRO/Irati), <https://orcid.org/0000-0003-4749-9657>, alexandra@unicentro.br.

² Alana Carolina Kopczynski, mestranda no Programa de Pós-graduação em História (PPGH-UNICENTRO), <https://orcid.org/0009-0006-2418-1995>, alanacmk@gmail.com.

Palavras-chave: Gênero. Imprensa oitocentista. Discursos.

Abstract: *This article aims to investigate the gender discourses present in the newspaper "A Mãe de Família" (1879) and in the newspaper O Sexo Feminino (1873), from the perspective of gender relations. It seeks to analyze how discourses on femininities were constructed, founded and disseminated through the narratives present in the editions. It also considers the gendered position that shapes the subjectivity of the gaze of the subjects responsible for the editions of the periodicals. Using theorists such as Judith Butler and Michel Foucault, the study seeks to analyze possible hierarchical and essentialist views of gender identities, as well as the possibilities or not of subverting a compulsory and heteronormative order. It highlights how such discourses act as social and regulatory practices that influence the perceptions of masculinities and femininities. This work contributes to an understanding of the historical dynamics of gender in 19th century Brazil, highlighting their implications in the construction of gendered identities.*

Keywords: Gender. 19th century press. Discourses.

Introdução

Este artigo analisa dois periódicos do século XIX direcionados ao público feminino³, na intenção de compreender a produção de discursos acerca da feminilidade. É importante ressaltar que feminilidade e masculinidade não são conceitos próprios deste século, contudo, é possível perceber que algumas características que demarcam as relações nesse século são constituintes dos fenômenos que categorizam a feminilidade e a masculinidade enquanto conceitos. Portanto, a ideia principal da pesquisa é trabalhar com as fontes históricas sob as bases teóricas dos estudos de gênero, entendendo as nuances dos contextos históricos e sociais e considerando a subjetividade do olhar dos sujeitos que produzem os conteúdos divulgados nos periódicos.

Investigamos as percepções de gênero nos dos discursos presentes no jornal ilustrado "A Mãe de Família" (1879) e no jornal "O Sexo Feminino" (1873). O primeiro era dirigido pelo médico Carlos Costa e o segundo pela professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

³ O público feminino do século XIX ao qual se dirigiam os periódicos, era formado por uma parcela letrada da sociedade brasileira; todavia, acredita-se que as ideias divulgadas sobre padrões de feminilidade e maternidade se expandiram para as mulheres das classes populares. Principalmente no caso dos conselhos sobre cuidados com crianças e com a casa.

“A Mãe de Família”, de 1879, contava majoritariamente colaboradores homens⁴ e tinha como objetivo principal instruir mulheres, principalmente as que eram mães ou queriam tornar-se, abordando questões como higiene, moléstias, educação e infância. Além dessas questões, algumas sessões eram dedicadas à educação moral da mulher, ou seja, instruções sobre comportamentos que seriam adequados às mulheres com título de mãe.

O “Sexo Feminino” foi produzido e distribuído entre os anos de 1873 e 1889 na cidade de Campanha, em Minas Gerais, sendo transferido para o Rio de Janeiro no final da década de 1870. Esse periódico, segundo Maria Teles (1999), é o mais avançado de sua época, por trabalhar a conscientização de mulheres por seus direitos e por uma identidade feminina pautada nos interesses emancipatórios.

Compreendemos que esses periódicos configuraram discursos, ou seja, métricas de pensamentos que participaram na formação de sujeitos e subjetividades, materializadas inclusive por meio de textos e falas (FERNANDES, 2012). Dessa forma, a análise do discurso presentes nas fontes, considerando o contexto histórico e social da época em que foram produzidas, permite observar como os autores e autoras de ambas as fontes expressavam e legitimavam determinadas percepções sobre as expectativas de feminilidade. Identificar seus posicionamentos torna-se fundamental para compreender as performatividades de gênero inscritas no século XIX e percebidas por meio da análise dos periódicos - performatividade estas que naturalizam determinadas condutas como próprias às mulheres.

Ao evidenciar como tais normas atuam na produção da subjetividade feminina, este estudo busca analisar como os discursos sobre feminilidade foram construídos, inscritos e fundamentados por meio das narrativas presentes nas fontes, considerando também a posição generificada que influencia na subjetividade do olhar dos sujeitos responsáveis pela produção e circulação dos periódicos.

⁴ Como mostra no índice das edições de número 001, de 1880 e 1884, havia mulheres que participavam como colaboradoras de seções específicas. Geralmente, seus conteúdos eram voltados para a educação moral das mães de família, enquanto os conteúdos científicos eram produzidos exclusivamente por redatores homens.

O referencial teórico adotado parte da perspectiva de Judith Butler, que compreende que as identidades de gênero não são fixas, mas uma série de comportamentos performados que produzem sentidos e dão ordens ao que se conhece por "feminino" e "masculino". Para Butler (2011), o gênero não está necessariamente ligado ao sexo, mas significa atos performativos repetidos, seja por coação social ou receio. Por essa lógica, sexo e gênero⁵ não são adaptações culturais, mas performances variáveis e fluídas, resultantes de imposições que procedem de formas diferentes nos corpos, a depender dos contextos históricos e sociais.

Considerada coletivamente, a prática repetida de nomear a diferença sexual criou essa aparência de divisão natural. A "nomeação" do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato performativo institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos (BUTLER, 2011, p.156)

A obra de Scott (1995) também contribui para pensar as diferentes abordagens sobre diferenças sexuais e a relação com o poder, sendo importante considerar sua relevância e contribuições na área. Para Scott (1995) o conceito de gênero significa a forma primeira de perceber as relações de poder; os mecanismos desta ordem interferem simbolicamente na subjetividade e passam a constituir as formas de se relacionar, de organizar o mundo e de reagir a ele.

Por fim, a obra de Maria Lugones (2014) nos auxilia na compreensão das diferenças em suas relações com a colonialidade. A autora atribui a construção das diferenças de gênero a uma herança do processo colonial que se mantém persistente na modernidade. Além de atribuir ao homem-branco o papel de dominador, o processo excluiu deliberadamente identidades que não se assemelhavam com o discurso utópico, baseado no modelo europeu de masculinidade e feminilidade.

⁵ Em concepções prévias à teoria da performatividade de gênero, a noção de sexo e gênero não se relaciona, pois o "sexo" é considerado diretamente ligado ao biológico, enquanto o gênero é entendido como uma construção social. Para Butler (2018), tanto o sexo quanto o gênero são categorias socialmente construídas, sustentadas por normas que regulam e determinam a identidade, subjetividade e sexualidade dos indivíduos.

Portanto, esse artigo irá abordar inicialmente a discussão teórica que embasa os conceitos e fornece a base historiográfica para pensar o período oitocentista. Posteriormente, será realizada a análise dos discursos apresentados nas fontes “A Mãe de Família” (1879-1888) e “O Sexo Feminino” (1873-1889) a partir da aplicação dos conceitos de gênero, buscando compreender os mecanismos que contribuíram para fortalecer e/ou subverter a lógica compulsória e heteronormativa de gênero.

A escolha dos periódicos se justifica pela sua relevância no cenário da imprensa oitocentista, tanto “A Mãe de Família” quanto “O Sexo Feminino” tiveram alcance significativo entre a elite do Rio de Janeiro (DUARTE, 2017). Além disso, os textos foram produzidos e impressos no mesmo contexto e cidade (O Sexo Feminino foi transferido para o Rio de Janeiro dois anos após o início das publicações). Apesar de possuírem diferentes perspectivas, ambos trabalhavam sobre o mesmo assunto: expectativas de comportamento de mulheres. Enquanto “A Mãe de Família” veiculava um olhar masculino sobre os comportamentos femininos esperados, reafirmando normas de domesticidade sobre a vida privada como principal função das mulheres, “O Sexo Feminino”, sob a direção de Francisca Senhorinha de Motta Diniz, expressava uma voz feminina que reivindicava direitos e espaços de atuação para as mulheres na esfera pública.

Dessa forma, a escolha por determinados periódicos se ancora na possibilidade de compreender e contrastar diferentes posicionamentos editoriais e discursos de gênero, evidenciando as disputas políticas em torno da definição da mulher ideal no contexto oitocentista. Além disso, ambos os periódicos circulam em um momento de efervescência de ideias sobre a modernidade, a educação feminina, o papel da mulher na sociedade e os limites da atuação feminina na política e na cultura, constituindo-se em fontes estratégicas para investigar a influência da imprensa na construção de subjetividades e por meio dos discursos e das práticas discursivas que as sustentam.

Efervescência da sexualidade e corporeidade no século XIX: contextos e debates

O século XIX demarcou profundas transformações, tanto nas estruturas econômicas, quanto sociais (TELLES, 2002). Também foi um século em que as projeções sobre feminilidades e masculinidades foram concebidas a partir da divisão sexual hierárquica. Num contexto marcado pelo evolucionismo, a concepção de "ser mulher" era um paradigma tratado em sua maioria de forma pejorativa. Autores influentes da época, como Lombroso (SOIHET, 1989), relacionam o ser feminino com a infantilização e a deficiência moral, recorrendo a argumentos essencialistas e tradicionais. Ao mesmo tempo em que mulheres eram vistas como defeituosas, ciumentas e com senso moral deficiente, era designado a elas o papel natural da maternidade, da piedade e da menor inteligência, características que neutralizavam os comportamentos raivosos. Soihet, (1989) estabelece uma relação das identidades masculinas contrapostas ao ideal de feminino: em um relacionamento amoroso, por exemplo, as mulheres deveriam enxergar seus maridos como um ser superior digno de devoção, evocando e fortalecendo paradigmas binários e hierárquicos entre os gêneros.

Fernando Bagiotto Botton (2013) afirma que, na modernidade, a divisão dos sexos e, conseqüentemente, dos comportamentos de gênero era estruturada em camadas, de forma hierárquica. Na mais profunda dessas camadas das divisões sociais organizava-se o gênero. A socialização dos corpos, sob a perspectiva de gênero, era tida como um discurso imutável e natural, ao passo que o sexo definia o gênero. O órgão genital/reprodutivo era o que determinava quais espaços cada sexo poderia ocupar, qual vestimenta era mais indicada, como o sujeito deveria se comportar, como deveria reagir às emoções e, principalmente, em que se baseava a construção das identidades. Essas determinações influenciavam diretamente na construção da moral e dos costumes, do ideal de moda e, sobretudo, das relações sociais.

Na análise do século XIX, é possível afirmar que ele tem sido frequentemente recordado como uma época de intensas transformações e debates que foi palco de significativas mudanças nas dinâmicas sociais, culturais e intelectuais (NEVES, 2009). No que diz respeito à discussão sobre sexualidade, há uma tendência a associar o século XIX a uma completa omissão e repressão de assuntos que poderiam causar estranhamento à

ordem conservadora. Foucault afirma que, desde o início da era moderna, houve uma proliferação de discursos sobre o sexo. Apesar da burguesia impor a repressão sexual, a sexualidade era tratada em ordens discursivas a partir de práticas reguladoras. A fala sobre o próprio silêncio, segundo o autor, é uma manifestação furtiva da hipocrisia burguesa no intento de controlar, explorar e estudar discursos sobre a sexualidade.

O importante nessa história não está no fato de terem tapado os próprios olhos ou os ouvidos, ou enganado a si mesmos; é, primeiro, que tenha construído em torno do sexo e a propósito dele um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-la no último momento. (FOUCAULT, 2023, p. 63)

A autora Magali Engel (2004) resume o processo histórico do século XIX. Ela afirma que a partir da década de 1850, as significativas mudanças e rupturas que marcaram os processos históricos desse período refletiram diretamente na organização da sociedade. A reestruturação das relações de trabalho, a expansão urbana e a Proclamação da República foram fatores chave dessa transição. Essas transformações exigiam novas estratégias de disciplinarização e repressão de corpos e mentes, substituindo o modelo escravocrata por uma ética do trabalho e padrões de moralidade que incluíam comportamentos afetivos, sexuais e sociais. Políticas de controle social tornaram-se mais rígidas, refletindo os parâmetros burgueses que legitimam uma nova organização social baseada no trabalho livre, urbanização e valores de moralidade e civilidade. A adoção dessa nova ética e moralidade visava não apenas o progresso econômico, mas também uma sociedade mais ordenada e disciplinada, essencial para a consolidação da nova ordem social na segunda metade do século XIX.

Os debates sobre sexualidades nesse contexto eram paradoxais e contraditórios, mas utilizados a partir de discursos médicos, jurídicos e morais com a finalidade de produzir verdades. A era vitoriana⁶, em particular, é muitas vezes lembrada pela sua moralidade rígida e repressão sexual. As categorias naturais e anormais se tornaram parâmetros de definição para comportamentos

⁶ "Foi uma época de moralidade convencional, de grandes famílias em que o pai era uma espécie de chefe divino, e a mãe, uma criatura submissa como a Eva de Milton. A moralidade rígida, o caráter sagrado da vida em família eram devidos em grande parte ao exemplo da própria rainha Vitória e sua influência indireta sobre a literatura, assim como sobre a vida social, foi considerável." (BURGESS, 2002, p. 215)

considerados aceitáveis ou patológicos. O médico Richard von Krafft-Ebing⁷, por exemplo, contribuiu para pensar a sexualidade e os comportamentos humanos a partir da legitimidade do discurso médico e a separação do que é considerado “normal” e do que é considerado patológico (PEREIRA, 2009, p. 380).

O contexto do século XIX favorecia a compreensão das sexualidades a partir de práticas reguladoras, em que a noção de sexo, articulada ao dispositivo da sexualidade, configurava formas específicas de exercício do poder (FOUCAULT, 2023). A partir do referencial teórico de Foucault e Butler (2011), torna-se possível compreender a sexualidade como intrinsecamente ligada às relações generificadas, construídas por meio de práticas discursivas que estabelecem ideais normativos de feminilidade e masculinidade. Nesse sentido, as concepções científicas sobre o que significa ser homem ou mulher não são naturais ou universais, mas construções históricas relativamente recentes — com menos de trezentos anos — cujos efeitos são mutáveis e dependentes dos contextos sociais e culturais em que se inscrevem (BOTTON, 2013).

No período oitocentista, discursos médicos e morais defendiam avidamente as diferenças sexuais como “contrastantes” (LAQUEUR, 2001, p.17). Mulheres e homens eram diferentes em anatomia e em moralidade, o que envolvia reconhecer que emoções, sentimentos, vida privada e vida pública se aplicavam de forma diferente de acordo com a condição biológica. Essas narrativas ganharam força no Brasil. A incapacidade do uso da razão, a fragilidade e a vocação para o ambiente doméstico faziam parte das características da feminilidade. Por outro lado, a força física, o caráter autoritário, racional e sexual pertenciam às qualidades masculinas. Esses mecanismos de poder remontavam a uma ordem hierárquica dos sexos e direta e indiretamente refletiam na realidade social a partir de determinações morais, materiais e cívicas (SOIHET, 1997).

⁷ Richard von Krafft-Ebing foi um médico psiquiatra alemão do século XIX, conhecido por ter desenvolvido o conceito de *Psychopathia Sexualis*. De acordo com Mário Eduardo Costa Pereira (2009), a obra *Psychopathia Sexualis* configura-se como uma das primeiras grandes sistematizações das concepções médicas acerca daquilo que seria posteriormente classificado tecnicamente como “perversões”.

No contexto histórico e social oitocentista, as sexualidades eram percebidas por meio de práticas reguladoras, influenciadas fortemente por discursos médicos, jurídicos, religiosos e morais. Essas esferas contribuíam para a construção de modelos normativos de sexualidade, configurando e reforçando relações de poder específicas. Michel Foucault, ao abordar o dispositivo da sexualidade, demonstra como sexo e sexualidade eram instrumentalizados para manter esses regimes de poder. A partir de suas reflexões, entende-se que a sexualidade está intrinsecamente ligada a relações de gênero, sendo um constructo social que define ideais de feminilidade e masculinidade mediante práticas discursivas e reguladoras.

Então, essas identidades não são fixas e estáticas, mas permeadas pelas transformações dos contextos históricos específicos. No século XIX, por exemplo, as diferenças sexuais eram defendidas como absolutas pelos discursos médicos e morais, com homens e mulheres sendo vistos como opostos em termos de anatomia e comportamento. Emocionalidade, sentimentos e distinções entre vida privada e pública eram atribuídos de forma diferenciada com base nessas construções biológicas.

A filósofa Judith Butler (2011) pensa as relações de gênero a partir da performatividade, antes de considerar as possibilidades subversivas, a autora tece críticas ao modelo universal das relações entre homens e mulheres. Butler afirma que os gêneros são estimulados, interpretados e organizados a partir de uma ordem compulsória e heteronormativa, sendo a sexualidade significativamente limitada à ordem de dois gêneros e sexos possíveis: mulher/homem, pênis/vagina, feminino/masculino.

Tais categorias são frutos de construções sociais, mas sobretudo a subjetividade⁸ exerce funções importantes nas denominações de gênero, tanto para incorporá-las como para subvertê-las. Para a autora, gênero não classifica o que o sujeito é, mas o que faz. Isso implica em compreender as normas que regulam e produzem as identidades de gênero como performativas e,

⁸A subjetividade é pensada neste trabalho enquanto espaços de significações que podem ou não incorporar as ordens compulsórias como elementos constitutivos na formação da identificação, entende-se que o sujeito não é algo pronto e passivo diante das movimentações externas, "mas um jogo constante entre uma desintegração interna e sua contraparte externa que provê outra integração mediada pelas relações de poder." (ANASTÁCIO, 2019, p.328).

consequentemente, compreender os parâmetros com que a feminilidade e a masculinidade são pensadas.

Os discursos, neste trabalho, são percebidos enquanto produtores de sentidos e significados. As noções de feminilidade e masculinidade são frutos de processos históricos e discursivos, para se estabelecerem enquanto concepções universais foram submetidas ao que Botton (2013, p.46) chama de cadeia de positivities: em um primeiro momento estabeleceu-se a ideia de que corpo, sexo e gênero estão intrinsicamente relacionados: assim, as relações são pertencentes a uma ordem natural e, dessa forma, legitimadas pela mesma ordem

A proposta de análise de discurso foucaultiana permite abordar as construções dos discursos a partir de uma temporalidade específica, entendendo como as práticas discursivas não apenas refletem, mas também constituem relações de poder e conhecimento dentro de determinada sociedade. De fato, a construção do saber, para o autor, foge das relações convencionais, pois não considera o saber apenas como um conjunto de conhecimentos, mas resultado das relações de poder. A concepção de saber está situada como construções sociais que refletem as relações de dominação de uma determinada época e contexto, pois, "o saber é político, [...] e instrumento de dominação". (FOUCAULT, 1979, p. 83)

A partir dessa linha teórica, a abordagem das fontes será trabalhada pensando a sexualidade e suas possibilidades enquanto dispositivos que atuam na construção e na organização das subjetividades, englobando os discursos como parte da rede de elementos que modelam e influenciam essas construções generificadas. Nesse sentido, os discursos presentes em "A Mãe de Família" e no "O Sexo Feminino" são pensados como instrumentos que não apenas refletem, mas também produzem, reforçam ou questionam as normas e práticas sociais relacionadas ao gênero e à sexualidade.

Os periódicos, os discursos e os sujeitos produtores

O periódico “A Mãe de Família”⁹ foi dirigido por Carlos Costa, seu início foi no ano de 1879 e perdurou até 1888, rendendo, aproximadamente 196 edições. Carlos foi um médico e redator que, inicialmente, produzia materiais para a Gazeta de Notícias, (1875-1879), inicialmente seu tema principal era higiene infantil (CARULA, 2011, p.1), mas, tendo em vista o alcance significativo de seus textos, optou por construir um jornal aos moldes europeus. Ele possuía diversos colaboradores, em sua maioria médicos, e um de seus objetivos principais foi instruir mulheres a fim de se tornarem “melhores mães”, além do conteúdo sobre higiene infantil, na maioria das edições, há textos que se concentram em instruções morais acerca de um modelo ideal de mulher, baseado no discurso sobre pureza, amenidades e vocação para o lar e para os filhos.

Em uma das primeiras edições, há um texto que sugere as intenções do jornal com relação ao público leitor. Aparentemente a maioria desse público é formado por mulheres e, por isso, os escritores se referem ao público como “leitoras”, o trecho que segue é assinado por Félix Ferreira:

Demais, nos parece, não ser necessário conduzir a leitora pela mão por todos os caminhos que terá de percorrer, basta-nos simplesmente indicar a direcção¹⁰ que terá de seguir para que bem se encaminhe nessa carreira tão difícil que se chama—vida doméstica.(A Mãe de Família, ano 1, n. 24, 1879, p.1)

Trechos que antecedem a citação evidenciam a necessidade de as mulheres terem acesso à uma educação de qualidade e sobrepondo a necessidade desta, acima das vontades masculinas, todavia, as disciplinas exaltadas pelo escritor, nesse mesmo texto, são baseadas no cuidado da vida doméstica, como por exemplo: Economia doméstica, Governo da casa, Vida interior, Deveres da mulher na família, Casamento christão e Dona de casa.

Félix foi convidado e anunciado como escritor-colaborador pelo diretor do periódico, Carlos Costa, a quem destinou elogios como possuindo “trabalho illustre”. De acordo com Bastos e Garcia (1999), Felix defendia o ideal de

⁹ As fontes foram consultadas no site oficial da Biblioteca Nacional Digital - Hemeroteca, estão disponíveis em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mai-familia/341703>. Acesso: 15 de fev. 2024.

¹⁰ Escrita de acordo com a fonte e com a grafia da época.

educação para mulheres, contudo, este último ainda restringia a valorização da educação para o lar, reforçando os discursos que enfatizavam pelas perspectivas masculinas os espaços e os comportamentos adequados para o feminino¹¹

A educação feminina era uma pauta recorrente no Brasil do século XIX e alvo de diferentes abordagens que buscavam definir qual educação era mais apropriada. Além destes discursos, a legislação da época também previa uma educação limitada, baseada na preparação para o lar: a Lei de 15 de outubro de 1827, especificamente no artigo 12º, previa às mulheres o ensino básico de aritmética, filtrados apenas nas quatro operações e o ensino da economia doméstica. Enquanto para o ensino para meninos era previsto relações matemáticas mais completas e complexas. De fato,

A educação durante a monarquia estava ligada ao desempenho dos papéis sociais. Enquanto a educação masculina era direcionada para o exercício da cidadania e das funções públicas, a educação feminina estava voltada para as funções familiares e para a maternidade. A sociedade era pensada a partir da célula familiar, e a vida social funcionava como uma ampliação da vida doméstica. No quadro das relações sociais patriarcais, aos homens cabia formar e dirigir os núcleos familiares através da procriação, sustentação e proteção; o lugar do homem era o de administrador dos espaços privados e públicos, do micro ao macro espaço sócio-político-econômico. (ANDRADE, 1999, p. 40).

A imprensa desempenha um papel importante na divulgação e no debate de temas como a educação feminina, à medida que se torna um dos principais meios de comunicação da época (Muzart, 2003). A partir da segunda metade do século XIX, periódicos voltados ao público feminino passaram a tratar a educação como uma questão central, como é o caso do "Jornal das Senhoras", de 1852, (LIMA, 2012) e de "O Sexo Feminino". Ambos os periódicos eram reconhecidos por defenderem uma educação baseada na

¹¹ Não se pode afirmar que a representação sobre o espaço e comportamento feminino atrelado a ideia do cuidado fosse uma característica exclusiva do pensamento masculino, pode-se inferir que havia um debate travado por algumas mulheres letradas que buscavam conciliar seu lugar de cuidadoras com uma participação nos espaços públicos. Neste sentido podemos citar como exemplo uma obra do século XVIII que já trazia a defesa de uma educação intelectual de qualidade para as mulheres. Cf. WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos da mulher. São Paulo: Boitempo, 2016.

intelectualidade, para além do serviço doméstico, mas como forma de emancipação moral e intelectual. Dessa forma, é possível perceber que, apesar do periódico defender os direitos educacionais, continuam fortalecendo as divisões entre os sexos, mesmo que não acreditem nelas.

Em outras passagens do periódico “A Mãe de Família” essa perspectiva se confirma: no número 7 de 1879, Félix Ferreira apresenta a ideia da valorização de uma “educação séria” que poderia contribuir para a felicidade da sociedade e para a prosperidade geral, contudo, essa separação dos ambientes privados e públicos se delimita na seguinte afirmação “Uma mulher realmente instruída liga-se à sociedade por suas prendas e ao marido pela aplicação de sua intelligencia, ella reina no lar doméstico e nelle mantém a ordem, a economia e a dignidade” (A Mãe de Família, n.7, 1879).

O estilo de educação defendido por Félix Ferreira, por mais que respeite em partes a normatividade de gênero que prevalecia na sociedade carioca do século XIX, ainda possuía um resquício de subversão a essa ordem. Isso ocorria na medida em que a educação, além de ser limitada na divisão das disciplinas (PRADO; FRANCO, 2020), promovia um modelo educacional feminino que favorecia o contexto de exclusão das mulheres desse ambiente, uma vez que era reconhecida a incapacidade intelectual e biológica das mulheres e sua principal vocação como sendo o lar doméstico (SILVA *et al.*, 2024).

A educação, nesse contexto, age para fortalecer regimes de verdade que centralizam a identidade feminina na perspectiva do lar. A noção de masculinidade normativa, proposta por Botton (2013), assume um papel fundamental na perpetuação desses paradigmas, na medida em que o exercício do poder era legítimo a homens brancos e pertencentes à elite. Sendo assim, as normas, legislações e morais que regiam a época eram ditados por estes (SILVA *et al.*, 2024). Para Guacira Lopes Louro (2001), essa dinâmica era um dos meios encontrados para que homens e determinados grupos sociais mantivessem suas posições estratégicas nos jogos de poder.

Os mecanismos de poder, sustentados por especificações morais, materiais e cívicas, tornavam essencial a perpetuação dessas hierarquias. Afinal, a ordenação social dependia significativamente de tais narrativas para

legitimar a segregação de espaços e funções baseados no gênero. As interpretações das realidades sociais baseadas nas concepções heteronormativas, ou seja, tendo como base a família burguesa-branca-heterossexual, foram construídas a partir de relações de poder e discursos que demonstraram a existência de dois sexos estáveis, apoiadas nas diferenciações de condutas, estéticas e de prazer (BOTTON, 2013). A estabilidade dos dois sexos distintos têm efeitos por meio de normas e regulações que têm como objetivo o controle dos corpos a fim de que respondam à normatividade do gênero e as diferenças sejam mantidas como significações das relações de poder.

No número 24 do ano de 1879, em um trecho assinado por “uma mãe” revela-se a percepção de um modelo universal como parte de um imaginário comum. Ao citar uma mulher de 30 anos como excelente em suas prendas domésticas, refere-se a ela como um “modelo das esposas” reconhecido por quem escreve e por quem compartilha do mesmo contexto familiar. Outro dispositivo, senão o central, presente neste jornal é o da maternidade. A maternidade é tida como algo inato aos corpos femininos, sendo o ápice da demonstração da feminilidade. Além da concepção fisiológica, “maternar” está ligada a um longo processo de formação e educação da criança que se forma, e foi algo ligado diretamente à condição feminina. Alguns trechos denotam que a função da mulher é educar seus filhos e isso envolve uma teia de ações que centraliza a responsabilidade de todas as funções, exceto a de provedora, pelo fato de se acreditar que o sentimento materno nasce no cerne da identidade feminina

[...] criar mães de família é a única educação da mulher. Em nosso paiz, com o orgulho o digo, não se ensina a ser mãe de família, porque a mulher já nasce com o sentimento que mais tarde se desenvolve. É raro encontrar-se uma espôza que não suplique aos Céos a ventura de ser mãe, é raro vêr-se a senhora da mais alta sociedade esquecer os deveres de mãe pelos prazeres da cidade (Mãe de Família, n.1, 1879).

E quando não se percebe a vontade inata de exercer a maternidade:

Quanto vós lastimo, infelizes mulheres! Se não tiverdes nem uma vez apertado vosso filho sobre vosso peito, se não o tiverdes sentido suspenso a vosso seio, ignorais as mais ternas emoções dá natureza; nunca haveis de conhecer os doces estremecimentos, a inebriante expansão da mãe que se dá a seu filho. Sacrifiqueis toda essa verdadeira felicidade á vaidades, para ir nas sociedades ouvir sussurrar a vossos ouvidos agradáveis mentiras, enquanto vosso coração nada entende, nada sente do que é verdadeiramente grande, bello e consolador. (Mãe de Família, n.5, 1880).

Esse trecho, que narra sobre o amor materno, era um discurso que pertencia às elites. As mulheres-mães pobres e/ou mães solteiras eram consideradas moralmente insuficientes e, por isso, não adiantaria o esforço de cada uma, o “amor materno” não as alcançaria (PEDRO, 1992). Parece ficar evidente que havia, também, condições e um “jeito certo” de maternar. Envolveria ter condições financeiras e uma família estruturada aos moldes convencionais para que a maternidade fosse melhor executada. Caso o contrário, o questionamento de Elisabeth Badinter (1985) parece responder mais dúvidas do que, de fato, gerar: devemos considerar anormais ou patologizar as mulheres que não exercem a maternagem nesses modelos centralizados na figura de um ideal de mãe? Para a filósofa Judith Butler,

Se o fundamento da identidade de gênero é a repetição estilizada de atos no tempo, e não uma identidade aparentemente homogênea, existem possibilidades de transformar o gênero na relação arbitrária entre esses atos, nas várias formas possíveis de repetição e na ruptura ou repetição subversiva desse estilo. (BUTLER, 2011, p.70)

As possibilidades de subversão são encontradas mais expressivamente em outros periódicos do mesmo contexto, como, por exemplo, “O Sexo Feminino” que teve início no ano de 1873 e perdurou até 1889.¹² Trata-se de um periódico escrito por mulheres com o objetivo de conscientizar outras mulheres acerca da condição feminina no Brasil oitocentista. A principal redatora e diretora do periódico foi Francisca Senhorinha da Motta Diniz, educadora e defensora de uma educação feminina intelectual. Além disso, foi fundadora da Escola do Povo, uma escola normal localizada na cidade da Campanha. Posteriormente, a convite da Corte Imperial, transferiu-se para a

¹² As edições estão disponíveis na Biblioteca Nacional Digital.

capital com a missão de lecionar. Lá, criou a Escola Doméstica D. Marianna da Fonseca, onde passou a defender métodos pedagógicos inovadores, como a possibilidade de mulheres dirigirem escolas mistas, além de promover o acesso à educação para crianças pobres (SOMENSARI, 2021).

Suas principais ideias giravam em torno da defesa de uma educação intelectual para mulheres como forma de emancipação moral e também buscavam garantir a isonomia entre os sexos. Em edição publicada em 1873, aconselhavam: "[...] em vez de pais de família mandarem ensinar suas filhas a coser, lavar, cozinhar etc, mandem-lhes ensinar a ler, escrever, e depois, a literatura, a história, a geografia" (O Sexo Feminino, n.1, 1873).

De fato, esse posicionamento recebia críticas da sociedade. Na primeira edição de outubro de 1873, as escritoras colocam em evidência que, por alçarem discussões que contrariava as normas deste contexto, eram recorrentes alvos de zombarias e exclusões

Zombem muito embora o pessimista do aparecimento de um novo órgão na imprensa – O Sexo Feminino; tapem os olhos os indiferentes para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso. (Sexo Feminino, 10 de outubro de 1873, p.1)

O trecho denota as possíveis insatisfações de parte da sociedade com a emergência da imprensa feminina pensada a partir de outros prismas. Por meio do texto, é possível perceber que antes mesmo do periódico ser lançado já havia críticas acerca do projeto. Em outras edições, elas mencionam ser chamadas de "utopistas" por redatores de outros jornais, por trabalharem a possibilidade de uma educação feminina para além do ambiente doméstico. A redatora afirma que esses pensamentos são retrógrados e que o periódico deve lutar e julgar tanto os perseguidos quanto os perseguidores.

Segundo a historiadora Rachel Soihet (2020), no início do século XX as mulheres sofriam fortes repressões devido às oposições da sociedade em geral (instituições, autoridades, políticos etc.) em relação às suas demandas de emancipação feminina. Sua suposta incapacidade intelectual e fragilidade as tornavam inaptas para a vida pública, devendo ser o lar a sua principal

ocupação. As oposições da sociedade em geral às demandas do século XX podem ser uma decorrência do contexto do século XIX.

Ao longo do texto, a redatora da edição atribui que a maioria das opressões que existem são porque os homens não atendem a educação das mulheres ou porque o governo descuida do direito delas, temendo uma possível revolução causada pela instrução feminina (Sexo Feminino, 14 de setembro de 1873), algo que a redatora repete no nº 20 de 1873. Inclusive, a educação intelectual das mulheres é a principal demanda do periódico, aparecendo em quase todos os semanários, seja para o avanço da sociedade, para a educação dos filhos e/ou para o benefício das próprias mulheres. Ao falar sobre a instituição do casamento afirmavam:

[...] que o casamento é bom, os nossos sistemas de educação é que são más. E por isso toda sociedade que corrigisse estes reabilitaria o casamento. É enfim, educando-as de modo a poderem destruir a semi-escravidão em que vivem, e poderem escolher para esposo um homem justo, laborioso e honesto. (O Sexo Feminino, n. 4, 1875)

Essas diferenças entre os discursos dos periódicos são fundamentais para compreender que as relações de gênero no contexto oitocentista são permeadas por relações de poder e marcadas por uma ordem compulsória heteronormativa. Contudo, essa percepção da realidade não se apresenta como a única possibilidade de organização social, pois os sujeitos e as subjetividades reagem de forma diferente frente às normas sociais. Segundo Butler (2011) o gênero não está inscrito nos corpos de forma passiva, tampouco é interpretado de maneira inata. Para a autora, a performatividade garante a expansão e a fundamentação das relações binárias impressas na realidade social. Sendo assim, o gênero é o que se faz sob coerção diária, movimentando angústias e prazeres dos sujeitos, portanto, é passível de subversões, inclusive com relação aos modelos estabelecidos de feminilidade e de masculinidade.

Considerações finais

A imprensa oitocentista foi um importante meio de comunicação entre as classes mais abastadas, além disso, pode ser inscrita enquanto produtora de discursos e reguladora de normas sociais. O jornal “A Mãe de Família” exerce a importante função informativa, dando dicas médicas e científicas sobre o comportamento infantil, sobre a necessidade de higiene e cuidados pessoais. Contudo, em conjunto de conteúdos informativos, há as instruções sobre a vida doméstica, que, em sua maioria, são baseadas na concepção binária e heterossexual das relações de gênero, em que a mulher deve ocupar-se e preocupar-se primordialmente com os ambientes domésticos, enquanto o homem trabalha fora para garantir o sustento financeiro de sua família. Considerando que o jornal é escrito majoritariamente por homens, a masculinidade exerce um papel central na percepção do ideal de feminilidade.

Segundo Iris Marion Young, os grupos possuem como referenciais suas próprias experiências marcadas pelos privilégios que possuam ou não, no espaço que ocupam na estrutura social. Neste sentido, existiria um “ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam” (YOUNG, 2006, p. 164). Então, podemos compreender que segundo a subjetividade generificada dos sujeitos que produzem os periódicos, podemos encontrar discursos mais conservadores e libertários sobre o lugar, o comportamento e o modelo educacional destinado às mulheres.

De fato, no mesmo contexto do período “A Mãe de Família”, surgem periódicos escritos por mulheres que desafiam essa ordem estabelecida. Jornais como “O Sexo Feminino” reconhece as diferenças entre os sexos presentes nas relações, principal mente conjugais, e oferecem novos modelos de organização social na intenção de reinterpretar o ideal de feminilidade, mas dessa vez, baseado em um prisma que valorize a emancipação moral e intelectual. No jornal “A Mãe de Família” a educação intelectual é tida como necessária, mas a maioria dos posicionamentos se referem à atuação dessas mulheres no ambiente doméstico. Portanto, podemos perceber que essa é a forma que a masculinidade presente no jornal expressa a organização entre os

sexos seguindo uma ordem normativa heterossexual: à mulher o lar, filhos e marido - vida privada; aos homens os espaços públicos.

Em contrapartida, os discursos presentes no periódico “O Sexo Feminino” buscam romper com a lógica de que as mulheres devem ter suas funções baseadas unicamente no ambiente doméstico.

Em contraposição, “O Sexo Feminino”, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, apresenta uma proposta distinta e mais progressista. Embora publicado no mesmo período, esse jornal propõe um modelo de feminilidade centrado na autonomia e na valorização intelectual e moral das mulheres. Ele questiona a naturalização das diferenças de gênero, especialmente nas relações conjugais, e reivindica novos espaços para as mulheres na sociedade, apontando a educação não como instrumento de domesticidade, mas como chave para a emancipação.

Apesar das diferenças claras entre os dois periódicos, ambos abordam a educação feminina como um tema central. “A Mãe de Família” em uma perspectiva conservadora, e “O Sexo Feminino” como parte de uma luta por reconhecimento e igualdade. Essa comparação nos permite perceber como o discurso sobre o papel da mulher era disputado na imprensa oitocentista: de um lado, a reafirmação da norma patriarcal; de outro, tentativas de ruptura e transformação.

Portanto, mais do que simples registros de época, esses periódicos expressam concepções distintas de gênero e ajudam a entender como certos discursos contribuíram para consolidar, ou então desafiar, a lógica heteronormativa vigente. Refletir sobre essas fontes é essencial não só para compreender a história das mulheres no século XIX, também para pensar sobre como essas narrativas reverberam nas relações de poder atuais e nos debates contemporâneos sobre gênero e igualdade.

FONTES

HEMEROTECA DIGITAL. **O Sexo Feminino**: semanário dedicado aos interesses da mulher. Números 1-45; 1-22; 1-10, 1873-1889. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>>

HEMEROTECA DIGITAL. **A Mãe de Família**: jornal Científico, Litterario e Illustrado. Números 1-24; 1-24; 1-24; 1-8; 1-24; 1-24; 1-24; 1-24; 1-24, 1879-1888. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/mai-familia/341703>>

REFERÊNCIAS

- ANASTÁCIO, Lara Pimentel Figueira. Subjetividade e formas de vida em Foucault. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 327-344, 2019.
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II** – um lugar de memória. Rio de Janeiro. UFRJ. Tese de Doutorado, 1999.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BASTOS, Maria Helena Camara; GARCIA, Tania Elisa Morales. Leituras de Formação - Noções de vida doméstica (1879): Felix Ferreira traduzindo Madame Hippeau para a educação das mulheres brasileiras. **História da Educação**, Pelotas, p. 78-92, 1999.
- BOTTON, Fernando Bagiotto. **O homem da imagem e a imagem do homem**: a construção da subjetividade masculina por meio de retratos e periódicos de Curitiba na virada do século XIX para o XX. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BURGESS, Anthony. **A Literatura Inglesa**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- BUTLER, Judith. **Actos performativos e constituição de gênero**. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). **Gênero, cultura visual e performance**. Antologia crítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011.
- _____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CARULA, Karoline. **Carlos Costa e A Mãe de Família**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH, São Paulo, p. 1-12, 2001.
- DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: século XIX. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary del; BASSANEZI, Carla (org.). História das Mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13^o Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade**: 1. A vontade de saber. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

FERNANDES, Claudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LIMA, Joelma Varão Lima. **Um projeto pedagógico**: mulher, educação, maternidade e corpo (Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX). Projeto História, São Paulo, n. 45, p. 397-403, dez. 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Priore, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. Ed. São Paulo: Contexto. p. 443 - 481, 2001.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 22, p. 935-952, 2014.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 293-324, 2009.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. 301 p. Tese (Doutorado em História social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Krafft-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a criação da noção médica de sadismo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 379-386, 2009.

PRADO, Maria Lígia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.).

Nova História das Mulheres no Brasil. 1. ed. São Paulo: Contexto, p. 194-217, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero como categoria útil de análise histórica: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 15, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Auricelia de Aguiar; SILVA, Welington dos Santos; RIBEIRO, Dimas dos Reis; JULIO, Kelly Lisie. A educação feminina no Brasil do século XIX: percursos e reflexões sobre a maranhense Carlota Carvalho. **Revista TEL: Tempo, espaço e linguagem**, [s. l.], v. 15, ed. 1, p. 277-300, junho 2024.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. Violência simbólica. Saberes Masculinos e representações femininas. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p. 7-29, 1997

_____. A conquista do espaço público. In: PINKSY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Contexto, p. 218-237, 2020.

SOMENSARI, Paula da Silva. **Francisca Senhorinha Da Motta Diniz**: Imprensa e projetos de emancipação feminina no Brasil (1873-1890). 2021. 57 p. TCC (Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

TELLES, Norma. Escritoras, escrita e escritura. In: DEL PRIORI, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto/Edu-Unesp, 2002.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidade e Minorias. **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, p. 139–190, 2006.

Recebido em: 10-04-2025

Aprovado em: 01-05-2025